

PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Agosto 2023 | nº 9

- Entrevista com a pescadora Quésia Martins
- ATIs assinam Termo de Compromisso que garante trabalho por mais 30 meses



INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA E ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES ASSINAM TERMO DE COMPROMISSO QUE CONTEMPLA AS ATIVIDADES DO ACORDO

No dia 17 de julho, as Instituições de Justiça (IJs) e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) assinaram um Termo de Compromisso **referente às ações de acompanhamento do Acordo de Reparação**. A assinatura garante o direito das pessoas atingidas à assessoria pelos próximos 30 meses, indicando a necessidade de ajustes no Plano de Trabalho, mas trazendo segurança jurídica para a manutenção dos trabalhos junto às comunidades.

O Termo de Compromisso também impõe mais um corte de recursos para as Assessorias. No caso do Guaicuy, houve redução de orçamento de 12% para a Região 4 e de 15% para a Região 5.

As IJs definiram o prazo de 30 meses (até final de 2025) e o orçamento global para as atividades das ATIs relativas ao Acordo. **O valor máximo estipulado para o trabalho das três ATIs durante os 30 meses é de R\$150 milhões.**

O valor foi dividido da seguinte forma:

Região 1	Região 2	Região 3	Região 4	Região 5
21%	25%	23%	10,5%	20,5%

Para a Região 4 (Pompéu e Curvelo), o valor total, ao longo dos 30 meses, será de R\$15,75 milhões. Já para a Região 5 (região da Represa de Três Marias), o orçamento será de R\$30,75 milhões. No total, as Regiões 4 e 5 terão direito a 31% do recurso. No último ano, o repasse para as Regiões 4 e 5 somadas equivalia a 36,16% do recurso.

As ATIs deverão apresentar mais uma vez novos Planos de Trabalho para adequação à realidade

orçamentária atual. O prazo para elaboração de novos Planos é de 60 dias (a partir de 17/7), sendo que as IJs analisarão os Planos em até 30 dias e darão outros 30 dias às Assessorias para eventuais modificações. Durante esses dois meses em que as Assessorias construirão os Planos de Trabalho, as pessoas atingidas serão consultadas sobre o andamento do processo, que contará com o apoio e seguirá orientações da Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) Lataci.

Atividades mínimas

As IJs optaram por formalizar no Termo duas atividades mínimas que devem ser prestadas pelas ATIs no acompanhamento do Acordo:

1 Apoio técnico e organizacional na definição dos projetos de interesse das comunidades, no âmbito do Anexo 1.1;

2 Apoio na participação das comunidades autorreconhecidas como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) contempladas com projetos, no âmbito das etapas decorrentes da Consulta Popular específica (Anexos 1.3 e 1.4);

As ATIs sugeriram que fosse incluída uma terceira atividade, destacando a promoção da participação informada, finalidade primordial das ATIs.

3 Apoio à participação informada das pessoas atingidas, na defesa e garantia de seus direitos quanto à execução e cumprimento dos termos do Acordo Judicial e seus respectivos anexos.



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Camila Bastos, Laura de Las Casas, Mathias Botelho e Wesley Costa | **DIAGRAMAÇÃO:** Felipe Aguiar e Matheus Ferreira | **REVISÃO:** Camila Bastos, Joana Tavares, Laura de Las Casas e Mathias Botelho | **COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARA OPEBA:** Joana Tavares | **FOTOGRAFIA DA CAPA:** Léo Souza

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460
Região 4: (31) 97141-0958 | Região 5 Leste: (31) 99743-8410 | Região 5 Oeste: (31) 99921-2484 | contato@guaicuy.org.br
LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | [f/institutoguaicuy](#) | [@institutoguaicuy](#)

Foto: Paulo Marques / Acervo Guaicuy



Reunião do povo quilombola do Saco Barreiro (Pompéu) com o Instituto Guaicuy em junho. Em debate, a construção do Protocolo de Consulta. Como já aconteceu com o povo indígena Kaxixó, o Guaicuy assessora os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) das Regiões 4 e 5 na construção do documento que funciona, dentre outras coisas, como “escudo” de proteção à violação de direitos.

DEFINIÇÃO QUE BENEFICIAVA EMPRESAS INTERESSADAS NA EXPLORAÇÃO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS É REVOGADA

Após pressão popular, a Resolução Conjunta 001/2022 SEMAD/SEDESE, que regulamentava a Consulta Prévia e Livre dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), foi revogada no final de maio. A medida adotada pelas secretarias estaduais regulamentava a consulta prévia. A resolução estabelecia de forma restritiva que somente comunidades certificadas pela Fundação Palmares, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas e pela Comissão Estadual de PCTs deveriam ser consultadas. A medida também beneficiava as empresas interessadas na exploração dos territórios tradicionais, já que definia serem elas próprias as responsáveis por realizar a consulta – e não o Estado.

O que é a Consulta?

A Consulta Prévia Informada e De Boa Fé é um direito de indígenas, quilombolas e demais PCTs, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional

do Trabalho (OIT), em vigor no Brasil desde o ano de 2004. Trata-se de um instrumento que traz avanços no reconhecimento dos direitos coletivos nos aspectos econômicos, sociais e culturais, além de garantir que se respeite o tempo de decisão e o modo de vida dos povos tradicionais.

Uma das formas de exercer esse direito é pelo Protocolo de Consulta Prévia, um procedimento, muitas vezes, estruturado em forma de um documento com normas em que a comunidade expressa a sua voz, dita as regras sobre como quer ser consultada e descreve suas instituições representativas e formas de decisão.



Leia a matéria completa no site do Guaicuy apontando a câmera do celular para o QR Code ao lado.





ENTREVISTA

UM RELATO SOBRE COMO O ROMPIMENTO ATINGIU A VIDA DE UMA PESCADORA DA COMUNIDADE SANTA CECÍLIA

4 | ENTREVISTA

Foi em 2016 que Quésia Martins se mudou para a comunidade Santa Cecília, em uma região conhecida como Diamantes, na zona rural de Pompéu, para viver da pesca com a família. Natural de Sabará, descobriu a região por indicação da irmã: “não tem como a gente vir aqui e não se apaixonar”. Nessa conversa, ela conta sobre como, após o rompimento, mudou a relação que tinha com a pesca e com as águas da represa de Três Marias, do Paraopeba e do São Francisco.

GUAICUY: Como é a sua relação com as águas da represa e do Paraopeba?

Quésia: A nossa relação com a água sempre foi muito boa, né? Ela é nossa vida, dela a gente tira nosso sustento, o nosso lazer. Depois do desastre-crime da Vale, começou o nosso inferno em vida. Porque, desde então, vêm aparecendo doenças, os peixes sumiram, estão muito raros os peixes, a gente já não consegue mais tirar o nosso sustento da água.

GUAICUY: Como era a sua rotina de pesca antes do rompimento?

Quésia: Em 2016, por aí, que foi quando eu vim pra cá. Conheci esse lugar maravilhoso, a gente pescava todo dia. Saía de casa por volta de seis da manhã, clareava o dia e a gente estava saindo. Ficava o dia inteiro e a gente pescava aproximadamente 30, 40 quilos de peixe por dia. Depois do rompimento, a gente já vem um pouco mais tarde, porque não adianta vir cedo. Vem por volta de oito, nove da manhã. E costuma ficar semanas sem a gente pegar um peixe. Nenhum peixe.

O peixe não corre mais. A gente não sabe muito bem o porquê, mas a escassez de peixe está sendo muito grande. Então, já não adianta mais a gente vir muito cedo, a gente vem às oito. Antes, a gente tinha um ponto fixo para a pesca. Só que, com essa questão do peixe sumir, a gente também foi migrando, procurando lugares em que o peixe esteja correndo um pouquinho mais.

GUAICUY: Como essas mudanças atrapalham a rotina?

Quésia: Olha, atrapalha tudo né? Como não está pegando peixe, como a gente depende do pescado para a nossa sobrevivência, a gente tem que migrar, carregar, tirar tudo. Não são poucas coisas, e é peso, né?

De barco até que dá, porém tem gasolina. Não tá barata, mas a gente tem que ir.

GUAICUY: Quando você começou a pescar?

Quésia: Ah, eu comecei a pescar quando eu era pequena. Meu pai levava a gente, as coisas eram um pouquinho difíceis, não tinha muita carne, então a opção pra gente era o peixe. E meu pai saía e levava os filhos todos para pescar com ele. Depois eu fui tomando gosto.

E em 2016 eu conheci esse paraíso aqui. Conheci aqui, me apaixonei, larguei o serviço e mudei de vez pra cá. E me tornei pescadora profissional.

GUAICUY: Como era sua relação com o Rio e com a represa para além da pesca?

Quésia: Antes de mudar para cá, eu vinha por lazer mesmo. Pescava um pouco, ia embora. Eu, meus filhos, minhas irmãs... ficava todo mundo aqui, só nadando e pescando, era muito gostoso. A gente se divertiu muito, tem muitas fotos e vídeos, a represa cheia de peixes. Você via a natureza, aquela exuberância, aquela abundância de peixe. Hoje já não se vê isso mais. A gente ainda usa a água para lazer, mas não como usava antes.

GUAICUY: Existe certo temor com a água?

Quésia: Tem muito temor... porque a gente nada, mas costuma ficar com coceira no outro dia, sabe? Começam a surgir edemas na pele da gente, micose. Meus meninos já não nadam mais. Todo mundo começou a ter problema de visão e a gente acredita ser por causa da água.

GUAICUY: Por que você se dedica à luta pela reparação?

Quésia: Eu acho muito importante porque, primeiro, eu acho que ninguém vai conseguir parar a Vale. Infelizmente, existe a minério-dependência. Mas, que ela pague, que ela arque com os prejuízos que ela vem causando. Porque ela vem tornando nossa vida um inferno. Ninguém tá conseguindo enxergar uma luz no fim do túnel.

Eles estão causando danos a todos os brasileiros, a todo mundo. Não foram só as 272 vidas lá em Brumadinho, cada vez que eles matam um sonho, eles matam uma pessoa. E eles vêm matando sonhos, porque a gente não tem mais perspectiva de vida. Meus filhos moravam aqui comigo, eles foram embora pra cidade. A minha neta podia estar crescendo aqui nesse paraíso.

“AQUI É UM LUGAR LINDO, MARAVILHOSO, MAS VOCÊ OLHA ASSIM E ENXERGA MORTE”

Não tem como mais, não tem uma fonte de renda, não pode mais comer do pescado, não pode mais vender, então não tem mais perspectiva de vida aqui. Aqui é um lugar lindo, maravilhoso, mas você olha assim e enxerга a morte. Infelizmente.

E sabe o pior disso? É saber que tudo isso tem uma culpada e que ela não está sendo punida como deveria. Ela está matando as pessoas. Ela está cometendo um dos maiores crimes. Ela está matando ideais, ela está matando sonhos, e ninguém está vendo isso, ninguém está punindo. Ninguém pune ela, ninguém para. Acha que dinheiro paga tudo. Não é dinheiro que a gente quer, a gente quer isso aqui, ó. Beleza, sabe? A natureza, o meio ambiente. É isso que a gente quer.

Foto: Daniela Pacielle / Acervo Guaicuy



Com forte influência pesqueira, as comunidades Balneário Reino dos Lagos, São Marcos e Santa Cecília (região conhecida como Diamantes) estão às margens da represa de Três Marias, na zona rural de Pompéu. Em 2019, os moradores viram seus modos de vida, trabalho e cultura serem fortemente afetados pelo rompimento da barragem da Vale, que levou contaminantes para as águas da represa.

A região foi mapeada pelo Guaicuy no segundo semestre de 2021 e recentemente validada pelas Instituições de Justiça e pela Fundação Getúlio Vargas para a inclusão no Programa de Transferência de Renda.

Com o aplicativo aberto, posicione a câmera do celular sobre o código ao lado para conhecer a história da região no documentário “Diamantes: comunidades atingidas pela Vale buscam reparação”.



CONHEÇA UM POUCO DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE LA POVEDA

O condomínio La Poveda está situado no município de Felixlândia, perto da foz do Rio Paraopeba e da represa de Três Marias. A estimativa é de que lá existam cerca de 160 moradias, com aproximadamente 650 habitantes. Manoel Fernandes Leite é aposentado e se mudou para a região em 2008. Desde que chegou no povoado, foi funcionário da fazenda que deu origem ao condomínio e hoje conta um pouco desta história.



Foto: Pedro Lavigne / Acervo Guaicuy

A origem da comunidade

Seu Manoel conta que a La Poveda era uma fazenda muito grande, de um espanhol que mudou para a região. Após o falecimento dos donos da fazenda, os filhos foram se desfazendo pouco a pouco do terreno. A partir desse momento, o casal resolveu “chacrear” a propriedade, ou seja, dividir a fazenda em chácaras menores, de aproximadamente 35 mil metros quadrados.

Com o passar do tempo, as pessoas que compraram as chácaras grandes foram loteando os terrenos e, assim, a comunidade foi surgindo. Não existe uma tradução oficial para o nome da comunidade, mas acredita-se que La Poveda seria algo como “povoado em meio aos álamos”, que são árvores altas com folhas ovais.

A tranquilidade que foi embora com o rompimento

La Poveda é uma das comunidades da Região 5 que sofre diretamente os impactos negativos decorrentes do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, em 2019. Seu Manoel lembra que tinha o costume

de enfiar a mão na água, que era tão saborosa, e a tomava, mas que hoje já não pode fazer isso. Ele, sua família e sua comunidade perderam esse privilégio.

“Hoje eu vivo todo contrariado aqui, todo contrariado. Não só eu, como minha família. Nós trabalhamos aqui e desde 2008 eu moro aqui. Naquela época, eu tinha regalia, passei um grande período criando a minha família dentro da La Poveda e hoje eu não tenho mais esse conforto porque eu não deixo eles comerem um peixe, eu não deixo eles tomarem um banho no Rio, porque tem poluição, né? Então é um transtorno o que essa Vale nos causou, não só para mim, mas para população, porque nós somos muitas pessoas aqui na região”, afirma.

São vários os danos verificados e relatados desde o rompimento, como prejuízos à saúde física e mental, incerteza sobre a qualidade da água do Rio Paraopeba e da represa de Três Marias, insegurança sobre consumo do pescado e a diminuição de turismo.

“Não tem nenhum dinheiro da Vale que pague esse sofrimento que nós estamos passando. E ela vem tapeando, enrola aqui, enrola ali e nada está sendo feito. Nada, nada”, conclui.

A UNIÃO DO POVO DE CACIMBAS FAZ BROTAR CANA E TRADIÇÃO

“Dá ar de felicidade ver a produção de cana acontecendo para virar açúcar mascavo a ser distribuído Minas Gerais afora”. Assim, Onésio Ferreira, atual presidente da Associação de Moradores de Cacimbas e Região, define a sensação de ver o fruto do trabalho dos moradores da pequena comunidade rural onde vivem cerca de 200 pessoas. Cacimbas fica a pouco mais de 40 quilômetros do centro de Morada Nova de Minas, um dos municípios atingidos pelo desastre-crime da Vale.

Em 2006, os habitantes do povoado se uniram para criar a associação em busca do fortalecimento da economia e da cultura locais. “De lá pra cá, passamos por altos e baixos, mas já fizemos muita coisa boa. A cooperativa de cana é uma delas. Deu serviço pra muita gente, conseguimos integrar projetos do governo, fornecer açúcar para escolas municipais”, relembra.

Desde a criação da associação, os sócios e sócias começaram a produzir cana de açúcar em um terreno comum. “Já tivemos mais de 70 sócios, mais de 20 mil hectares de cana cultivados, mas hoje estamos com 4 mil. Temos esse desafio, de manter a demanda e também o maquinário, que é caro, mas seguimos em frente”, afirma Onésio.

Onésio também conta que, além da cana, a associação também conseguiu, ao longo dessas quase duas décadas de atuação, realizar outros projetos. “Já tivemos uma horta comunitária e construímos 12 casas para pessoas que precisavam aqui da região, com recurso vindo de um projeto da Petrobras. A gente vai, aos poucos, fazendo acontecer”, orgulha-se.

Cultura popular

Cacimbas é pequenininha, mas, como todo povoado, possui suas referências, como a Escola Municipal Duque de Caxias. Foi lá que a Festa do Carreiro nasceu, por conta de um professor chamado José Eustáquio Marcelino, que resolveu resgatar a cultura dos carros de boi em um desfile feito no pátio da escola.

“Começou com dois carros, e, ano após ano, ia crescendo. Em um momento, o desfile deixou de caber dentro da escola e passou para a praça. Chegou a ter 93 carros de boi e foi ficando grande a ponto de virem pessoas de outras regiões pra ver. A gente já ia para

a vigésima Festa do Carreiro, mas veio a pandemia e depois não conseguimos fazer mais”, lamenta Onésio. “Mas eu acredito que o folclore tem força e que logo mais a gente resgata essa festa, que consegue reunir mais de três mil pessoas de uma vez só”, finaliza com esperança.

Foto: Daniela Paoliello / Acervo Guaicuy



Onésio Ferreira, o atual presidente da Associação de Moradores de Cacimbas e Região.



E A GENTE VAI GRITAR: "QUERO REPARAÇÃO, COMISSÃO JÁ TÁ UNIDA, LUTANDO E DANDO AS MÃOS"!

Encontros Regionais de Comissões fortalecem a luta pela reparação nas Regiões 4 e 5

O Instituto Guaicuy realizou, em maio e junho, três Encontros de Comissões nas Regiões 4 e 5. Ao todo, cerca de 160 pessoas atingidas, de mais de 100 comunidades e representando 35 Comissões, participaram dos encontros, que tiveram como objetivo dar continuidade à consolidação das Comissões nos territórios e fomentar sua integração regional. Os encontros foram realizados no dia 27/5 em Abaeté (Região 5 Oeste), no dia 3/6 em Pompéu (Região 4) e no dia 17/6 em Felixlândia (Região 5 Leste).

A atividade proporcionou aos participantes um espaço de aprendizado e troca de experiências, além de um ambiente para a construção de estratégias conjuntas e para o fortalecimento das reivindicações das comunidades atingidas pelo desastre-crime da Vale. Os Encontros também possibilitaram a reflexão sobre as demandas específicas de cada comunidade e as necessidades coletivas regionais.

Somos todos iguais, braços dados ou não

De acordo com o Termo de Referência das Instituições de Justiça (IJs), as Comissões são espaços que possibilitam que as pessoas atingidas se posicionem e decidam coletivamente sobre questões relativas ao processo de reparação socioeconômica e ao processo judicial.

As Comissões são abertas a qualquer pessoa que queira participar. Além disso, são espaços que

prezam pela igualdade de participação entre mulheres e homens, e pela diversidade de representação, com a inclusão de grupos específicos, como pessoas negras, pescadores, pessoas LGBTQIA+, juventudes, indígenas, entre outros. As Comissões não dependem do Guaicuy e são autônomas.

Reivindicações das Comissões

Durante os encontros, as pessoas atingidas e suas Comissões se manifestaram em defesa do direito à Assessoria Técnica Independente.

Também foram muitos os pedidos para que os representantes das Instituições de Justiça visitem as Regiões 4 e 5 e possam ver de perto a situação das comunidades.

Ciranda: os peixinhos precisam dos rios

As crianças que estavam presentes nos Encontros não ficaram só ouvindo as conversas dos adultos, elas também participaram de atividades educativas, enquanto suas mães, seus pais e responsáveis estavam na plenária. Essa é a chamada Ciranda!

Um espaço onde as crianças são acompanhadas pelos técnicos do Guaicuy e podem, além de socializar com outras crianças, refletir sobre o tema da reparação por meio de atividades lúdicas, brincadeiras e contação de histórias.

Confira endereços e horário de funcionamento das sedes do Guaicuy

**REGIÃO 4
POMPÉU**
Rua Dois de Novembro,
1390, Trevo
(31) 97141-0958
De segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h e das 13h às 18h.

**REGIÃO 5 LESTE
FELIXLÂNDIA**
Rua Padre Jurandir,
279, Centro
(31) 99743-8410
De segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h e das 13h às 18h.

**REGIÃO 5 OESTE
MORADA NOVA DE MINAS**
Rua João Dayrell Pinto Ferreira,
300, Centro
(31) 97102-5001
De segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h e das 13h às 18h

BELO HORIZONTE
Rua Brasópolis,
109, Floresta
(31) 3024-9460
De segunda a sexta-feira,
das 9h às 18h.